

PREAMBULO DA ANÁLISE

O Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2006-2010 da Cooperação de Luxemburgo em Cabo Verde, através do Projecto CVE/071 “de Apoio ao Programa Nacional de Emprego e Formação Profissional (PAPNEFP)”, tem como objectivo o desenvolvimento de um projecto abrangente no domínio do Ensino Técnico/Formação Profissional e da inserção no mercado de trabalho, no qual responde a uma das prioridades do PIC: “o reforço dos recursos humanos através da educação, a formação e as medidas que facilitem o acesso ao mercado de trabalho” (PIC, 2006-2010).

A fim de atingir este objectivo, o projecto PAPNEFP apoia o Plano Estratégico da Formação Profissional (PEFP) que está a ser implementado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e na área do Ensino Técnico – Profissional pela Direcção de Ensino Secundário Técnico (DEST) do Ministério da Educação e do Ensino Superior (MEES).

Um dos Eixos do projecto é o Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Qualificações, que deverá proporcionar a criação das competências e conhecimentos necessários, através de formações de qualidade, de modo a assegurar a empregabilidade das pessoas no mercado de trabalho.

O plano de implementação do Sistema Nacional de Qualificações prevê durante a execução do projecto a elaboração dos perfis profissionais e programas formativos das 11 famílias profissionais prioritárias, sendo a quinta família da Agrária (AGA). Nesta família está prevista elaboração de 04 perfis profissionais e programas formativos seguindo uma metodologia de trabalho constituída por 5 etapas descritas na metodologia a ser seguida.

O presente relatório enquadra-se na primeira etapa da referida metodologia, denominada de **Etapa A. “Preparação de dados e constituição do Conselho Sectorial e do Comité Técnico Sectorial”**, mais concretamente na Fase 1 - Análise do sector e estudo do campo de observação.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico adaptada para a elaboração deste relatório é de realçar a colaboração dada pelas diversas personalidades que foram devidamente analisadas e combinadas de forma a se obter um retrato o mais aproximado possível da situação actual do sector. Para complementar os dados extraídos das fontes secundárias, recolheu-se alguns dados importantes através de entrevistas efectuadas a 30 entidades do sector.

As consultas bibliográficas de informações utilizadas resumiram-se em estudos e publicações sobre o sector agrário em Cabo Verde, dados estatísticos relacionados directamente com o sector assim com a formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

De referir que boa parte desta análise sectorial teve enfoque o plano estratégico de Desenvolvimento no horizonte 2015 do MADRRM, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura FAO (v5-2004).

Os dados primários foram recolhidos através de entrevistas efectuadas a 30 empresas e instituições do sector.

Quadro 1 – Amostra de empresas e instituições entrevistadas – 1ª fase

Após as entrevistas toda a informação recolhida foi sistematizada num quadro resumo contendo as seguintes variáveis:

- Nome da empresa;
- Tipologia de empreendimento;
- Tipo de empresa (pequena, média, grande);
- Nº de departamentos;
- Número de pessoas ao serviço;
- Necessidades de formação/área;
- Existência e tipologia de softwares de gestão.

Outras informações recolhidas durante as entrevistas:

- Organigrama das empresas
- Distribuição dos RH por área
- Perspectivas futuras das empresas (expansão/criação de postos de trabalho).

INTRODUÇÃO

O Sector Agrário, pese embora a sua fragilidade, é de extrema importância para o País, permitindo a subsistência de um grande número de famílias cujo sustento e organização da vida familiar estão estreitamente associados à terra, muito embora as condições para a auto-suficiência alimentar estão estritamente condicionadas às limitações estruturais do sector, sobretudo no que toca a produção do sequeiro.

Apesar destes constrangimentos as potencialidades da Agricultura cabo-verdiana estão ainda longe de ser convenientemente exploradas.

No contexto actual, as explorações agrícolas encontram-se sujeitas a um duplo compromisso, muitas das vezes conflituoso, fundamental para o seu sucesso: por um

lado há que rentabilizar o capital investido e maximizar o resultado económico alcançado e, por outro lado, face à conjuntura sócio-ambiental, é necessário preservar e proteger o ambiente e os recursos naturais. Tal desidrato passa, entre outras coisas, por um adequado consumo de factores de produção (tais como fertilizantes e fitofármacos), por uma readaptação das tecnologias utilizadas, pela poupança energética, isto sem por em causa a segurança alimentar à muito requerida pela sociedade.

Muitas das explorações agrícolas existentes não assumem, nem de perto nem de longe, aqueles dois objectivos em simultâneo (explorações convencionais), enquanto que outras tentam equacioná-los, se não na totalidade pelo menos em parte, como as suas principais prerrogativas (explorações ecológicas). Não podemos esquecer que foi nas políticas de modernização da agricultura que muitas das explorações viram concedidas apoio material e técnico para a prossecução de uma política agrícola de acordo com os pressupostos da agricultura atraente e rentável.

Neste quadro, o problema que hoje coloca centra-se no planeamento da exploração por forma a ser capaz de dar resposta aos objectivos económicos (na perspectiva do privado) e também aos objectivos ambientais (na perspectiva do público), num futuro e de acordo com a implementação da Estratégia do Desenvolvimento Sustentável.

No caso vigente é nossa convicção que as explorações agrícolas devem ser planeadas de forma a conseguir encontrar um compromisso entre os dois princípios enunciados – sustentabilidade económica e sustentabilidade ambiental. Nesta perspectiva pretendemos, com este trabalho, formular novo homem do campo tendo em vista conciliar critérios de sustentabilidade ambiental com critérios de competitividade económica, deitando mão do paradigma da teoria de decisão multicritério. Dito de outra forma, pretendemos partir de uma exploração ecológica e melhorar a sua rentabilidade económica sustendo numa formação profissional de qualidade e vocacionada.

Dez anos após a Conferência de Rio (1992) que recomendou o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, constata-se que os resultados alcançados situam-se bem aquém das expectativas. Assim, num contexto de forte crescimento demográfico, Cabo Verde, deve fazer face a procura crescentes, para melhorar a segurança alimentar, reduzir a pobreza, principalmente no meio rural, e preservar os recursos naturais e ambientais.

A agricultura, no sentido lato, e o desenvolvimento rural sustentáveis exigem a identificação de estratégias adaptadas e eficazes que valorizem os recursos, economicamente rentáveis e socialmente aceites por todos. O desenvolvimento sustentável requer uma perspectiva a longo prazo e uma grande participação a todos os níveis, na formulação de políticas, na tomada de decisão, na implementação e no seguimento/avaliação. A sua implementação requer capacidades institucionais importantes, a mobilização de recursos financeiros, bem como competências e meios apropriados, que muitas vezes não abundam.

OBJECTIVOS DO ESTUDO SECTORIAL

No âmbito geral constituem objectivos do presente estudo sectorial obter um retrato da situação do sector agrário de forma a dispor-se de uma base para justificar as opções em termos de escolha e elaboração dos 04 perfis profissionais prioritários da família profissional da Agrária - AGA.

Especificamente, com este estudo sectorial, pretende-se recolher e analisar um conjunto de dados referentes a:

- Características gerais do sector da produção agro-pecuária;
- Recolher dados actualizados sobre a estrutura da família AGA, proporcionando informações objectivas e actualizadas sobre o sector;
- Tendências e perspectivas de desenvolvimento do sector;
- Especificidades do mercado de emprego;
- Características e perfil dos profissionais que actuam no sector;
- Características das empresas do sector/ pessoas ao serviço por área funcional;
- Necessidades de competências específicas para actuar no sector
- Necessidades de formação por áreas funcionais do sector.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

CARACTERIZAÇÃO GERAL DE CABO VERDE

Geografia

Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica composto por dez ilhas e treze ilhéus ocupando uma superfície total de 4.033 km² e uma zona económica exclusiva (ZEE) que se estende por cerca de 734.000 km² (Bravo de Laguna 1985). Encontra-se localizado entre as coordenadas 14°28'N e 17°12'N de latitude e 22°40'W e 25°22'W de longitude em pleno oceano Atlântico aproximadamente a 500 km da costa ocidental Africana.

A linha de costa é relativamente grande, com cerca de 1.020 Km, preenchida de praias de areia negra e branca que se alternam com escarpas.

Os conjuntos das ilhas, de acordo com as suas posições geográficas, em relação ao vento dominante de nordeste (NE) dividem-se em dois grupos:

- Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista);

- Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava).

A distribuição da superfície total do país ao nível das ilhas e da respectiva população é apresentada na tabela seguinte:

Ilhas	Superfície		Altitude máxima	Pluviometria mínima	Terras cultivadas		População (2000)	Densidade
	Km ²	%			Ha	%		
S. Antão	779	19,3	1979	237	8800	21,4	47042	60
S. Vicente	227	5,6	750	93	450	1,1	66671	294
S. Nicolau	345	8,5	1312	142	2000	4,9	13647	40
Sal	216	5,4	406	60	220	0,5	14596	68
Boa Vista	620	15,4	387	68	500	1,2	4206	7
Maio	269	6,8	437	150	660	1,6	6740	7
Santiago	991	24,7	1394	321	21500	52,3	234940	494
Fogo	476	11,5	2829	495	5900	14,4	37355	78
Brava	64	1,5	976	268	1060	2,6	6792	106
S. Luzia	46	1,1					-	
Total (C.V.)	4033	100		230	41090	100	431989	103

Fonte: Plano Estratégico da Agricultura

Clima

O arquipélago de Cabo Verde, pela sua situação geográfica, faz parte integrante do Sahel, sendo caracterizado por um clima tropical seco, onde se destacam duas épocas climáticas distintas: a estação seca (Novembro a Junho) e a estação húmida (Julho a Outubro), diferenciada por um período considerado de transição, sem uma clara definição da data limite de início e fim. Os traços marcantes do clima de Cabo Verde são os frequentes episódios de seca, provocados pela grande variabilidade espaço-temporal das precipitações, e presença de microclimas condicionados pela orografia das ilhas e a exposição aos ventos dominantes de Nordeste, que determinam o contraste das paisagens agrícolas de uma ilha a outra. Essas características estão na base da identificação das zonas agro climáticas existentes em Cabo-verde, onde uma vasta região árida cobre uma superfície considerável das ilhas. (MAA, 2007).

Precipitação

As chuvas em Cabo Verde são, essencialmente, resultantes da migração zonal anual da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) que ao atingir Cabo Verde provoca uma estação húmida de Julho a Outubro. As precipitações são concentradas durante os meses de Agosto e Setembro, período durante o qual cai, em média, entre 60% a 80% da quantidade anual de chuvas (DGA, 2004).

Segundo Cunha (1964) e Amaral (1964), o clima da ilha de Santiago, como o de todo o arquipélago, está condicionado pelas oscilações em latitude e, principalmente, entre Julho e Outubro (época dita “húmida”), da Zona de Convergência Inter-tropical, a qual é responsável pela época das chuvas. Aquelas oscilações originam a irregularidade das chuvas. As chuvadas caracterizam-se por forte intensidade, grande quantidade e curta duração (Marques, 1990).

A precipitação média anual não ultrapassa 300 mm para 65% do território a menos de 400 m de altitude, sendo as zonas sob a influência dos alísios, ainda mais secas (150 mm). Nas zonas situadas a mais de 500 m de altitude e expostas aos alísios, pode-se verificar precipitações superiores a 700 mm. Esses indicadores pluviométricos são pouco expressivos se se considerar a variação espacial e temporal e o número de dias de chuvas por ano: 15 a 25 dias nas zonas áridas e semi-áridas e 45 a 55 dias nas zonas sub-húmidas e húmidas. Muitas vezes a estação das chuvas dura menos do que um mês nas zonas agrícolas. Um outro factor a salientar é a natureza das chuvas

que geralmente são muito intensas. Às vezes uma só chuva pode constituir mais de metade e até mesmo a totalidade da precipitação caída durante um ano. (INMG, 1998).

As chuvas caem num escasso número de meses e são sobretudo irregulares (Amaral, 1964). Segundo (Guilloteau, 1955) a instabilidade das regiões áridas e semi-áridas está ligada à raridade e irregularidade das chuvas, à acção do vento, à erosão eólica e hídrica e à dificuldade de regeneração vegetal. (Teixeira & Barbosa, 1958). As análises agro-climatológicas evidenciaram uma forte probabilidade da diminuição das precipitações, aumento das temperaturas bem como o aumento da frequência de secas, agravando ainda mais as condições climáticas actuais. Nesta perspectiva o país apresenta um grau de vulnerabilidade extremamente elevado (INMG, 2007).

Temperatura

A temperatura média mensal do ar varia entre os 20 °C e os 26 °C. Ela é mais elevada durante a estação húmida. Nas zonas áridas do litoral a temperatura máxima absoluta pode ultrapassar os 30 °C. Os dados da temperatura, entre 1981-2003, indicam uma média anual de 22,5 °C, sendo o mês mais frio, Janeiro, com uma média de 19,5 °C e a mínima de 15 °. O mês mais quente, Setembro, com uma média anual de 24,7 °C e mínima de 21,1 °C (MAAP, 2005).

Vento

No arquipélago, os ventos predominantes são os alísios provenientes do Nordeste, que em certa época do ano transportam uma fraca humidade do ar e contribuem para um aumento de evapotranspiração das culturas. De uma maneira geral, o vento, a dois metros de altitude, é geralmente calmo durante a estação húmida e forte durante a estação seca. (Correia. F, 2007).

Água para agricultura e pecuária

Segundo PANA II, em Cabo Verde, as áreas irrigadas ocupam, actualmente, uma superfície que oscila entre 1500 a 2000 hectares, em função dos recursos disponíveis. A superfície das terras potencialmente irrigáveis varia entre 2500 a 3000 hectares, concentradas, sobretudo, nas ilhas de S. Antão e Santiago. A cultura predominante é a cana-de-açúcar que se encontra particularmente em S. Antão e Santiago, ocupando entre 46 - 80% das superfícies irrigáveis. Essa cultura é transformada no essencial em

“grogue”. Contudo, nos últimos anos a horticultura tem conhecido um notável desenvolvimento, sobretudo em Santiago.

Relativamente a pecuária, de acordo com o último censo, o número total de efectivos eleva-se a 646.210, sendo: 21.224 bovinos, 107.436 caprinos, 8.702 ovinos, 68.085 porcinos, 422.911 aves, 13.679 equídeos e 4.173 coelhos. Em geral faz-se a exploração familiar em pequena escala e de forma extensiva. Existem algumas unidades avícolas.

Em Cabo Verde não existem pontos de água destinados, especificamente, para abastecimento de água ao gado. Os animais das explorações familiares são, normalmente, alimentados nas nascentes não captadas e nos pontos de água equipados para fins agrícolas ou para abastecimento em água potável. Nestes últimos, algumas vezes, encontramos bebedouros, geralmente degradados e que raras vezes oferecem condições higiénicas aceitáveis. As necessidades globais do país para a pecuária em 2000 foram estimadas em 1.896 m³/dia.

Balanço hidrológico à escala do País

No quadro da elaboração do esquema director para os recursos hídricos (1992), financiado pelo PNUD/ONUDES CVI-87-001, chegou-se às seguintes conclusões sobre a repartição da água das chuvas: 20% escoam-se sob a forma de águas superficiais, 13% produzem a recarga dos aquíferos e 67% evaporam-se. À escala do país o escoamento das águas superficiais representa, em anos médios, 181 milhões de m³ (181,000,000 m³) e a recarga das águas subterrâneas 124 milhões de m³.

Desta quantidade, presume-se que somente a metade (65 milhões de m³) é tecnicamente explorável.

Evapotranspiração (ETP)

Em Cabo Verde, de uma maneira geral, os valores da ETP são sempre elevados, com uma variação diária entre os 3 e 4,5 mm, dependendo das zonas bioclimáticas. Ela é, sobretudo, elevada durante a estação seca devido à frequência de ventos fortes e secos. Os valores mensais da ETP inferiores à 120 mm são registados durante a estação húmida e nos meses de Novembro a Fevereiro, em que a demanda atmosférica é atenuada pela oferta, traduzida sob forma de precipitações e pela existência de uma certa humidade do solo.

Os recursos em água tanto subterrâneos como superficiais podem ser ilustrados de acordo com o seguinte quadro:

Quadro nº: Recursos em água (em milhões de m³/ano) - PNUD/INGRH – Esquema Director

Ilha (Concelho)	Aguas superficiais	Aguas subterrâneas	
		Bruto (período médio)	Explorável (período médio)
R.Grande	8,1	10,5	8,8
Paul	4,5	5,6	4,2
P.Novo	14,4	12,5	8,3
S.Antão	27	28,6	21,3
S.Vicente	2,3	0,573	0,41
S.Nicolau	5,9	4,2	2,5
Sal	0,7	0,37	0,1
Boa Vista	2,5	1,6	0,73
Maio	4,7	2,1	0,9
Tarrafal+Cal	11,7	10,1	6,6
S.Catarina	16,6	15,1	7,9
S.Cruz	10,8	7,1	5,7
Praia/S.Do	17,5	10,1	5,8
S.Tiago	56,6	42,4	26
Fogo	79	42	12

Brava	2,3	1,9	1,6
Total	181	124	65

Os solos e sua utilização

Os solos, de origem vulcânica são de uma forma geral pouco evoluídos, pouco profundos e bastante pedregosos, representando mais de metade da superfície do país. Os solos apresentam em geral uma tendência para a alcalinidade e um baixo teor de matéria orgânica, sendo contudo ricos em elementos minerais que se encontram bastante erodidos (PANA II).

De acordo com o levantamento cartográfico feito pela SCETAGRI e o ex-MDR em 1981, baseado nos factores biofísicos (pluviometria, altitude, vegetação, exposição, solo) a repartição das terras para todo o arquipélago consoante as suas potencialidades agrícolas foi, na época, a seguinte:

- 218,817 ha de terras incultas
- 41,822 ha de terras com vocação para agricultura
- 142,621 ha de terras com vocação florestal e/ou pastoril.

A repartição das terras por ilha é traduzida no quadro que se segue:

Repartição das terras por ilha

Ilha	Aguas superficiais	Aguas subterrâneas	
		Bruto (período médio)	Explorável (período médio)
R. Grande	8,1	10,5	8,8
Paul	4,5	5,6	4,2
P. Novo	14,4	12,5	8,3
S. Antão	27	28,6	21,3
S. Vicente	2,3	0,573	0,41

S.Nicolau	5,9	4,2	2,5
Sal	0,7	0,37	0,1
Boa Vista	2,5	1,6	0,73
Maio	4,7	2,1	0,9
Tarrafal+Cal	11,7	10,1	6,6
S.Catarina	16,6	15,1	7,9
S.Cruz	10,8	7,1	5,7
Praia/S.Do	17,5	10,1	5,8
S.Tiago	56,6	42,4	26
Fogo	79	42	12
Brava	2,3	1,9	1,6
Total	181	124	65

Ocupação do solo

Apesar dos estudos já realizados a ocupação dos solos não tem sido feita de acordo com a sua real vocação, devido ao deficiente ordenamento do território. A superfície arável está estimada em 10% da área total, concentrada essencialmente nas principais ilhas agrícolas (**Quadro 0.0**). Dessa área, 9% é irrigável e a restante está restrita às zonas de agricultura pluvial - 19% nas zonas húmidas, 42% nas zonas sub-húmidas e 39% nas zonas semiáridas.

A ilha de Santiago apresenta mais de metade (52%) de solo arável, seguida de Santo Antão com 22% e da ilha do Fogo com 14%. Os restantes 12% distribuem-se pelas outras ilhas (GEP - Recenseamento agrícola, 1988).

Do total do solo arável, cerca de 68% possui vocação para culturas de sequeiro, 26% para actividades agro-silvo-pastoril e 6% para culturas irrigáveis nos aluviões das ribeiras ou nas encostas. Em Santiago estão localizados cerca de 58% dos solos com vocação agrícola, seguida de Santo Antão, Fogo e São Nicolau (SCETAGRI 1985).

ANÁLISE DA SITUAÇÃO AMBIENTAL

Problemas e conflitos

Cabo Verde apresenta um clima árido a semi-árido, caracterizado por uma longa estação seca e uma curta estação pluviosa com uma pluviosidade média anual que não ultrapassa 300 milímetros para os 65% do território, situado a menos de 400 m de altitude. Nas zonas situadas a mais de 500m de altitude, as precipitações podem atingir os 700mm num bom ano de chuva, devido em parte também da influência dos alísios.

Os períodos de seca são frequentes, observações realizadas durante 265 anos (1718-1983) mostraram 97 anos de secas mais ou menos severas (ou 1 ano de seca em cada três anos). Durante o mesmo período verificaram-se 14 secas com a duração de mais de 3 anos consecutivos.

As precipitações variam muito de um ano para outro do ponto de vista, tanto da sua distribuição no tempo e no espaço, como da sua quantidade anual global. As precipitações caem, frequentemente, sob a forma de fortes chuvadas e, não é raro que, em determinadas localidades, a precipitação total por ano seja produzida em duas ou três chuvadas isoladas.

Não existem em Cabo Verde cursos de água superficial permanente. O tipo de regime pluviométrico e a natureza do relevo origina correntes de água rápidas e caudalosas de pouca duração e importantes caudais de ponta.

Depois dos anos sessenta, regista-se um declínio significativo da precipitação anual, o que condiciona a exploração dos recursos subterrâneos. As potencialidades em termos de recursos superficiais são também limitadas devido a dimensão das bacias hidrográficas.

Má utilização de recursos hídricos

A escassez dos recursos aliada a pluviosidade fraca e irregular, é agravada por uma baixa eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

A agricultura, a actividade de maior consumo de água, estima-se que 50% do volume da água explorada é consumida na irrigação, é ainda praticada numa grande parte por técnicas e regras de gestão tradicional, com consumo excessivo de água.

A falta de manutenção de infra-estruturas ocasionando perdas de água significativas e a utilização de equipamentos sanitários com grande consumo de água, são outros exemplos.

Um acentuado crescimento da população dos principais centros urbanos de Praia e Mindelo, é uma característica marcante da evolução demográfica dos últimos anos. Para além do crescimento das necessidades para o consumo doméstico há o inevitável aumento das áreas irrigadas, do parque industrial e do desenvolvimento do turismo.

Insuficiência de infra-estruturas

Segundo PANA II, as infra-estruturas de captação de águas superficiais são praticamente inexistentes.

Verifica-se ainda um défice relativamente a infra-estruturas hidráulicas de captação, armazenamento e de distribuição.

Relativamente às práticas de conservação de solo e da água, observa-se nos últimos anos uma tendência para um certo relaxamento e cada vez mais existem menos programas e projectos de conservação do solo e da água.

Há ainda a acrescentar a manutenção deficiente de algumas infra-estruturas

Metas e Modalidades

Na medida em que a valorização dos recursos hídricos contribui para a produtividade económica e o bem estar social, uma gestão global da água doce, como recurso limitante e vulnerável bem como a sua integração nos planos e programas sectoriais, relativos à água, no quadro das políticas económicas e sociais torna-se absolutamente indispensável a quantificação estimativa desse recurso na óptica de um desenvolvimento sustentado.

Assim, de acordo com as estimativas da população e o aumento da cobertura dos serviços mínimos de água potável, para o horizonte do ano 2020, perspectiva as seguintes metas, em função da evolução das necessidades da população. De realçar

que os dados aqui apresentados foram retirados do documento Visão Nacional, INGRH, 2002. Abastecimento em água potável.

POPULAÇÃO

Segundo Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde, a população, num total de 434.625 habitantes e uma densidade de 108 habitantes/km², é muito jovem (42% tem idades inferiores a 14 anos); concentra-se em 54% nas áreas urbanas e apresenta uma taxa de crescimento de 2,4% (INE, 2002).

A população é essencialmente jovem, tendo 62% menos de 25 anos, o que contribui para uma forte pressão sobre os sistemas de educação, saúde, formação profissional e mercado de trabalho. No entanto, diversas modificações demográficas estão em curso, nomeadamente a redução da fecundidade, a redução da proporção de jovens e o aumento dos idosos comparativamente à década anterior.

Evolução demográfica de Cabo Verde (n.º de habitantes em milhares)

Barlavento	Ano - 2000	Ano - 2005	Ano - 2010
Boa Vista	4209	5398	6800
Sal	14816	17631	20924
Stº. Antão	47170	47484	4602
S. Nicolau	13661	13310	12816
S. Vicente	67163	74136	82127
Sotavento	Ano - 2000	Ano - 2005	Ano - 2010
Brava	6804	6462	6016
Fogo	37421	37861	38187
Maio	6754	7506	8370
Santiago	23662	266161	300262

Fonte: FAO (2005)

Ainda no contexto demográfico é de referir que as projecções do INE (Instituto Nacional de Estatística) indicia que a população residente em Cabo Verde vai continuar a aumentar, chegando cerca de 630 mil habitantes em 2020. Esta tendência parece justificar-se com a diminuição da taxa de mortalidade, aumento da esperança média de vida e elevada taxa de fecundidade.

O nível de vida da população é drasticamente condicionado pela falta de qualificação da camada activa. Existe uma considerável proporção de auto-emprego, o que retrata um vulnerável mercado de trabalho, dado que a sua expansão não coincide com o ritmo de crescimento económico do país. No Censo de 2000, 17,3% da população estava desempregada com incidência acentuada na população juvenil e nos indivíduos do sexo feminino. O problema de desemprego tem uma repercussão maior nos meios urbanos em relação aos territórios rurais, dado que a população maioritária se concentra nas cidades.

A pobreza em Cabo Verde é um fenómeno estrutural que está estreitamente ligado à fraqueza da base produtiva, bem como às características da economia. A pobreza está intimamente ligada ao acesso aos recursos, ao emprego, ao sexo, e ao nível de alfabetização dos chefes de família, dos quais 38% são mulheres. A pobreza aumentou, a sua estrutura inverteu-se e as desigualdades na distribuição de receitas aumentaram no decurso da última década: 36% da população residente em Cabo Verde é pobre e 20% vive na pobreza absoluta. Comparativamente a 1988/1989, a pobreza aumentou de 46% para 51% no meio rural e de 18% para 25% da população no meio urbano. No entanto, cerca de 63% dos pobres continuam a residir no meio rural, onde 30% das pessoas vivem na pobreza absoluta. Cabo Verde, está classificado no 103º lugar entre 175 países, com um índice de desenvolvimento humano (IDH) médio de 0,727. A mortalidade infantil é de 23,1 por mil (2000) e o índice declarado de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e do VIH/SIDA é de 1,4% (1988).

O consumo médio alimentar, por pessoa e por ano é estimado em 210 kg de cereais, 21 kg de feijões, 20 kg de carne, 20 kg de peixe e 80 kg de produtos hortícolas. As disponibilidades calóricas aumentaram muito, de 2.500 kcal/pessoa/dia em 1980 para 3286 kcal em 2000. A ajuda alimentar apresenta um carácter estrutural e, no decorrer dos últimos seis anos, mais de 90% dos produtos alimentares de base (milho, arroz, trigo) vieram do exterior, tanto sob a forma de ajuda alimentar, como de importações comerciais. Em contrapartida, as necessidades em proteínas, lípidos, vitaminas etc, são maioritariamente cobertos pelas produções locais agrícolas e da pesca.

Do ponto de vista nutricional, 19% das crianças com menos de 5 anos têm baixo peso, 26% apresentam atraso de crescimento e 3% são magras. Em Cabo Verde, a questão da segurança alimentar, coloca-se, em primeiro lugar, em termos do acesso das populações mais pobres aos bens alimentares.

Macroeconomia

Cabo Verde conheceu no decorrer dos últimos anos um crescimento económico anual médio de 6,4%, tendo como suporte a impulsão e reformas visando a melhoria do ambiente económico, nomeadamente através da liberalização dos mercados e do desenvolvimento do sector privado. O PIB por habitante era de 1.378 \$US em 2002, contra 300 \$US em 1975: por esta razão, o país é classificado pelo Banco Mundial, como país de rendimento intermédio. A economia é dominada pelo sector dos serviços (71,6% do PIB em 2002), orientada essencialmente para o mercado interno: o sector secundário (indústria e construção) representa cerca de 17,2% do PIB, enquanto que o sector primário, fortemente condicionado pela fraqueza dos recursos naturais e pelas aleatoriedades climáticas representou 11,2% do PIB em 2002. Não obstante esta situação, Cabo Verde registou um crescimento real do PIB de 7 % durante os anos 90, e cerca de 4-5% actualmente. A taxa média de inflação é da ordem de 3%. Apesar dos progressos registados, o país continua confrontado com um problema macroeconómico fundamental, ligado a um desequilíbrio estrutural entre a produção nacional (que cobre apenas 10-15% das necessidades) e o consumo interno. Este desequilíbrio causa um deficit permanente da balança de transacções correntes (BTC) e a economia dependente fortemente das transferências dos imigrantes e da ajuda externa, que representaram conjuntamente em 2000, cerca de 29% do PIB. As transferências financeiras da diáspora (6- 700.000 pessoas) tendem a baixar, desde os anos 90, passando de 25% do PIB em 1980, para menos de 16% em 2000.

Durante o período 2000-2003, o valor médio das exportações (40.4 milhões de \$US/ano) representou apenas 15.8% das importações.

A dívida externa aumentou continuamente de 44% (1998) para 52.5% (2000) do PIB, dos quais 56% foram contraídos junto do IDA/BM e do BAD, enquanto a dívida bilateral representa 27% do total da dívida. Em 2000, o serviço da dívida representou 17% das exportações de bens, de serviços e de transferências privadas. No quadro da política de liberalização (PND 1997-2000), tónica foi posta no desenvolvimento dos investimentos estrangeiros, estimados em 31 milhões de dólares em 2000 (5,4% do PIB).

Desde a sua independência, Cabo Verde promoveu uma política visando a integração regional: tornou-se membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da União Africana, do Comité permanente inter-estados de luta contra a seca no sahel (CILSS), e da Comunidade dos Estados de Língua Portuguesa

(CPLP e PALOP). O país continua fortemente ligado a Portugal, que em 2000 foi destinatário de 80% e de 52,4% respectivamente das exportações e importações. As trocas com o continente Africano, nomeadamente com a CEDEAO, continuam fracas, devido á falta de comunicação, transporte e de informação entre os diferentes operadores económicos da sub-região.

EMPRESAS DO SECTOR

OFERTA DE EMPREGO

De acordo com o estudo sobre as actividades económicas, mercado de trabalho e áreas profissionais em Cabo Verde de 19 de Julho de 2009, do projecto CVE/071 da Lux-Development, a família agrária é a mais predominante no país, representando ¼ da população total activa (cerca de 26%). Em 2000, o peso relativo desta família que era de 20%, cresceu nos últimos anos e parece estar estabilizada em torno de 26 a 27 % dos serviços.

Apesar de tradicionalmente haver mais mulheres nesta família profissional, os homens predominam em 2006, com 56% dos efectivos. Já nos anos anteriores a presença ainda que significativa era menos. Com efeito, em 2000 os homens representavam 47,9% do total em 2005 cerca de 48,5%. Esta família é caracterizada por activos com um muito pouca instrução, situação que se mantém de forma quase inalterável no período analisado. Assim, em 2005, 78,9% dos indivíduos não tinham mais de nível de EBI (72%) e a alfabetização (5%). Em 2006 esses valores estabilizaram, cerca de 78,6% dos indivíduos não tinham mais do que o nível de EBI (74,2%) e a alfabetização (4,4%).

No que diz respeito à idade dos activos, os dados apontam para o facto de estarmos em presença de pessoas relativamente jovens, ainda mais jovens hoje do que no início dos anos 2000.

Quadro Distribuição percentual da população no sector da Agricultura, Silvicultura segundo a estrutura etária

	15 a 25 anos	25 a 44 anos	45 a 64 anos	65 e mas anos
2000	24,2	37,9	21,9	16
2005	35,5	34,3	21	9,3
2006	31,9	35,3	21,9	10,9

Fonte: Relatório do projecto CVE/071 da Lux-Development

Dificuldades para o activo

Em 2000, 41,1% é trabalhador familiar sem remuneração e 38,7% trabalha por sua conta e risco, totalizando 78,9% de pessoas nestas condições.

As possibilidades de aumento de emprego nesta família profissional passam, de entre outros, pelo aumento de investimentos públicos e privados, pela melhoria em termos de disponibilidade de factores e meios de produção, bem como de qualificação da mão-de-obra.

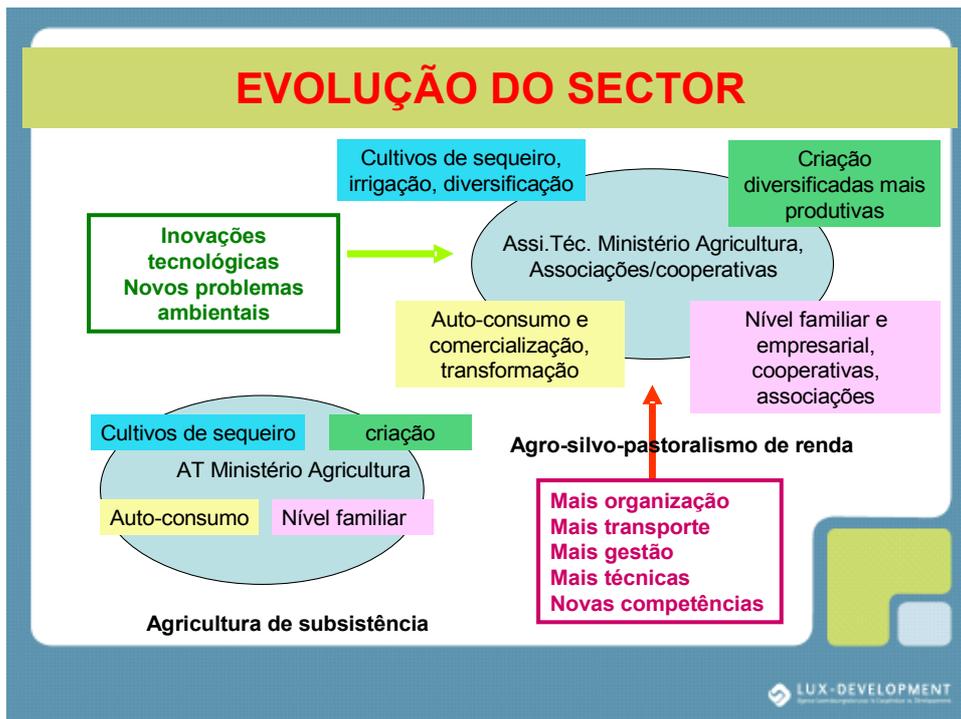
OFERTA FORMATIVA AO NÍVEL DA FAMÍLIA - AGA

A oferta formativa ao nível da família de AGA tem-se notado apenas o Centro de Formação Agrária do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário em S. Jorge dos Órgãos e o Centro Agrícola Afonso Martinho têm oferecido, de forma mais sistemática, cursos de formação neste domínio. Contudo, são acções de formação sazonais dependentes de projectos concretos de investimento.

Ultimamente, no quadro do programa de modernização da agricultura e das actividades levadas a cabo pelo Millenium Challenge Account acções de formação para os empreendedores ligados à produção agrícola e pecuária têm sido realizados com alguma regularidade.

Tendências das evoluções e perspectiva do sector agrário :

A análise do sector mostra uma evolução dos sistemas de produções agropecuários : O sistema de produção de subsistência está evoluindo para um sistema de produção agropecuária em vista da conquista dos mercados.



O sistema de produção de subsistência se caracteriza por :

- Uma mão de obra exclusivamente familiar.
- Uma produção agrícola e pecuária destinada a 100% para o auto consumo.
- Uma agricultura pluvial ou “de sequeiro” baseada sobre os cultivos de milho e feijão.
- Uma criação extensiva de caprinos para leite.
- Uma assistência técnica na inteira responsabilidade do Ministério do Ambiente do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marítimos MADRRM.

O sistema de produção agropecuária em vista da conquista de mercados se caracteriza por:

- Uma mão de obra constituída pela família e alguns trabalhadores.
- Uma parte da produção agropecuária destinada ao mercado local e às exportações para as outras ilhas da Cabo Verde.
- Uma agricultura mista de sequeiro e de regadio diversificada com ademais de feijão milho, o cultivo de mandioca, batata doce, batata comum, horta.

- Uma criação mais intensiva e se diversificando para ovinos e bovinos, suínos.
- Um nível de organização dos produtores maior nas associações e cooperativas.
- Uma assistência técnica por parte essencialmente do MADRRM , mas também por parte das associações e cooperativas.

O sistema de produção de subsistência representava em 2005 para a FAO (no plano estratégico para agricultura e pesca 2005 – 2008) 70% dos agricultores com explorações de 1,15 há de superfície, com em certas ilhas como a de Santo Antão, 30 % dos agricultores em sistema de meia.

Entretanto com as grandes obras e barragens desses últimos anos e a possibilidade de inserir sistemas de regadio na explorações agrícolas, existe uma tendência para um sistema de produção mais intensivo visando a conquista de mercados e o aumento geral de uma produção diversificada.

Com essas novas perspectivas de uma agricultura mista associada a uma criação mais intensiva, terá que gerenciar os três maiores pontos críticos que limitam o desenvolvimento desse sistema em cabo verde e que são :

- 1 - O acesso à Água e a luta contra a seca.
- 2 – O deterioro do meio ambiente limitando a conservação dos solos.
- 3 – A dificuldade de transporte dos produtos e das pessoas entre as ilhas.

Para poder limitar o impacto dessas limitantes sobre o desenvolvimento do sector agrícola, avaliou-se que é necessário criar novas competências para proporcionar aos agricultores e criadores :

- mais organização da produção e dos produtores.
- mais técnicas acessíveis aos produtores.
- mais gestão no seio das explorações familiares e empresariais.

- mais habilidades para adaptar-se a limitante do transporte, à problemática da água e da conservação do meio ambiente.

A relação formação emprego no sector agrário :

A oferta em formação agropecuária : 3 % da oferta total

A pesar de ser um sector que representa 25% da população activa, a oferta de formação para o sector agrário é limitada comparando com os outros sectores como o podemos conferir nesses quadros abaixo (fonte : Carta de Formação Técnico Profissional Lux development)

Tabela 6 – Cursos e Edições que entram para o CFTP

CURSOS	ET	FP	Total Geral
Administração e Contabilidade	1	1	2
Administração e Finanças		3	3
Agro-pecuária		3	3
Armador de ferro		1	1
Artes Gráficas	1		1
Atendimento público		1	1
Bate Chapa e pintura		2	2
Calceteiro		1	1
Canalização		8	8
Carpintaria		3	3
Carpintaria e Marcenaria		5	5
Cerâmica		1	1

Tabela 7 – Áreas com mais Cursos (%)

Área	%
Construção e obra civil	19%
Administração e gestão	15%
Electricidade e Electrónica	14%
Construção instalação e manutenção metalomecânica e reparação mecânica de	13%
Tecnologias de Comunicação e informática	10%
Hotelaria e Turismo	8%
Outros	6%
Construção em madeira	6%
Restauração e preparação de alimentos	4%
Agropecuária silvicultura fauna silvestre e conservação dos solos	3%
Função pública política e serviços legais	3%
Total Geral	100%

O acesso à formação :

- Dos dois únicos centros de formação agrária de Cabo verde que são o centro de formação São Jorge do INIDA em Praia e o centro de formação Alfonso Martins em Santo Antão, somente o primeiro está em funcionamento na época da análise do sector agrário.

- Uma reforma do sistema de formação agrário está implementando-se, integrando o INIDA na UNICV Universidade de Cabo Verde, o que implica uma certa incertidud no momento do estudo.

- O numero de formação longa é reduzido. No centro San Jorge teve desde 1985 deis cursos:

Curso	Ano	Nível saída	Nível entrada
Curso de técnico auxiliares extensionistas	1989 – 1990	II e III	9° e 11°
Curso técnico médio	1985 -1987	IV	12°
1ero Curso técnico profissionais do primeiro nível			12°

2do Curso técnico profissionais do primeiro nível			12°
3ero Curso técnico profissionais do primeiro nível	1990 – 1991	IV	12°
Curso de bacharelato em ciências agroflorestais	1993 - 1996	IV	12°
Curso de bacharelato em agro economia e desenvolvimento rural, produção e proteção de culturas	1999 – 2002	IV	12°
Curso de inspeção zôo e fito sanitários	2009 – 2010	IV	12°
Licenciatura em Engenharia Ambiental e rural	2004 – 2008	V ou VI ??	IV
Micro irrigação e técnicas agrícolas	2009 – 2010	IV	12°
Cursos de reciclagem.			

O emprego e os diferentes “postos de trabalho” : 25% da população activa

Para poder respeitar as instruções do manual de metodologia e usar o mesmo vocabulário que nas outras famílias, foi necessário fazer um trabalho de adaptação do vocabulário, reparando que tipo de actores se encaixavam nos termos comuns de “ empregadores e trabalhadores” :

As “empresas” ou seja as categorias que empregam “técnicos, trabalhadores” e que produzem são :

- Em maioria as unidades de produção agropecuárias ou explorações agrícolas que empregam cerca de 25% do total da população activa de cabo verde e que são pela maioria de nível familiar, onde o agricultor e/ou criador é na mesma vez o trabalhador e o empregador.

- As explorações agrícolas de maior nível econômico que empregam trabalhadores e técnicos especializados em certas áreas de produção agrícola ou animal

- O Ministério de Ambiente de Desenvolvimento Rural e Recursos Marítimos MADRRM que emprega 90 % dos técnicos agrícolas e pecuários.

E a menor escala :

- As associações de produtores
- As cooperativas de produtores
- As ONG
- As unidade de gestão dos projetos financiados pelas instituições internacionais
- As empresas de venda de matérias e insumos agropecuários (8 identificadas)

A partir dessa reformulação da noção de empresa, os “Especialistas tecnológicos ou “técnicos de empresas” são representados por :

- Agricultores e criadores (proprietários ou em meia) das Unidades productivas
- Técnicos agrícolas ou de criação empregados o ano todo nas explorações agrícolas
- Técnicos agrícolas ou de criação do MADRRM
- Extensionistas do MADRRM
- Técnicos de Associações e Cooperativas agropecuárias
- Técnicos de projetos e ONG
- Técnicos de Empresas de venda de insumos agropecuárias

Enfim os formadores da família agrária são a 100% técnicos e licenciados do MADRRM.

NB: foi difícil enquadrar as terminologias de técnicos e de extensionistas. De fato os níveis de escolaridade dos “extensionistas” variam do nível técnico II ate o nível Licenciado (nível VI)

Oferta/Formação/Emprego

Área	%
Construção e obra civil	19%
Administração e gestão	15%
Electricidade e Electrónica	14%
Construção instalação e manutenção metalomecânica e reparação mecânica de	13%
Tecnologias de Comunicação e informática	10%
Hoteleria e Turismo	8%
Outros	6%
Construção em madeira	6%
Restauração e preparação de alimentos	4%
Agropecuária silvicultura fauna silvestre e conservação dos solos	3%
Função pública política e serviços legais	3%
Total Geral	100%

- PRODUTOR POR CONTA PRÓPRIA
- TRABALHADOR DA EMPRESA AGRÍCOLA
- EXTENSIONISTA PARA MADRRM
- ANIMADOR COMUNITÁRIA
- TÉCNICOS EM ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO E TÉCNICOS DO MADRRM

26
%

Oferta

Emprego

Demanda

- DOMÍNIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS
- POLIVALÊNCIA EM AGROSILVOPASTORALISMO
- CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA
- CONSERVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
- PLANIFICAÇÃO E GESTÃO DA PRODUÇÃO

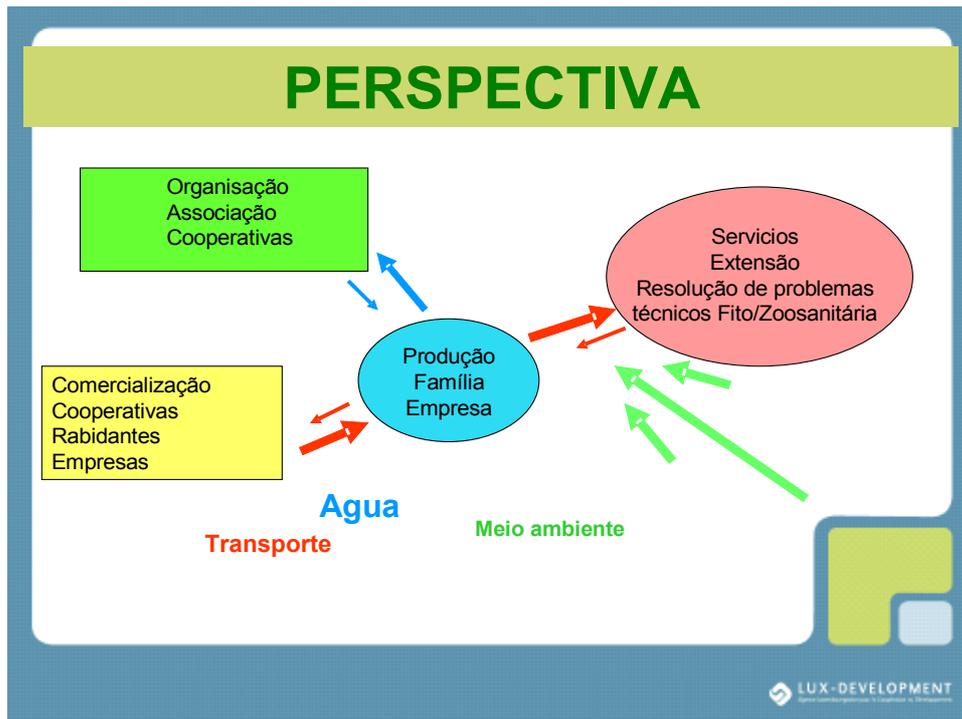
LUX-DEVELOPMENT

Conclusão : A relação formação emprego é muito desequilibrada com uma deficiência nas formações. Por outra parte o mercado real de emprego na família AGA é reduzido e exige uma polivalência de competências.

Analise dos pontos criticos relativos as necessidades em qualificações

Seleção das areas de perfis prioritarios para essa familia e enquadramento no SNQ em sintonia com as outras familias.

Identificação pela análise de sector de 4 áreas de perfis prioritários :



As conclusões da análise do sector agrário, concluíram sobre a necessidade de criar novas competências para uma melhor organização da produção e dos produtores, um melhor acesso as técnicas productivas para os produtores, um gestão mais rigorosa no seio das explorações familiares e empresariais e mais habilidades para adaptar-se ao sistema de transporte e para mobilizar água e conservar o meio ambiente.

Numa primeira etapa foram escolhidas 4 áreas de perfis :

“extensão rural” indispensável assistência técnica para os agricultores

“produções agropecuárias sustentáveis” indispensável nível de qualificação dirigido a 25% da população de Cabo Verde .

“ Transformação de productos e agro negócios”, área em plena expansão com a conquista do mercados confrontada a numerosos problemas tecnológicos e de qualidade

“ mobilização de agua” dirigido para construção no meio rural de diques, banquetas etc... necessária para popança e mobilização de água.

Numa segunda etapa, verificou-se a coerência das áreas de perfis escolhidos com as outras famílias do SNQ e em particular com as famílias INP Industria e Processos e a família COC Construção Civil.

O estudo de coerência dos perfis entre as diferentes famílias demonstrou que duas áreas de perfis estavam comuns a essas famílias e têm sido eliminadas. São :

- “ Transformação de productos e agro-negocios” que será considerado na família INP
- “ Mobilização de água” que será considerado na família COC

Numa terceira etapa, revisou-se as áreas de perfis prioritários :

Em seguio das conclusões da segunda etapa , analisou-se a necessidade de considerar especificamente na família agrária a produção e a conservação de matérias e productos agrícolas e de origine animal. Com esse novo ângulo de visão duas novas áreas também prioritárias visando perfis mais especializados foram selecionadas:

“Horticultura e fruticultura”

“Produção animal”

Em Conclusão, as quatro áreas de perfis prioritárias selecionadas e apresentadas ao COS são :

- 1- “Extensão rural” indispensável assistência técnica para os agricultores
- 2 - “Horticultura e fruticultura”
- 3 - “Produção animal”
- 4 - “Produções agropecuárias sustentáveis” indispensável nível de qualificação dirigido a 25%.

CONCLUSÃO

A principal restrição física ao desenvolvimento do regadio prende-se com a insuficiência de recursos hídricos, resultante da fraca pluviosidade e, particularmente, da sua irregularidade.

Condicionada pela disponibilidade de recursos o intervalo entre duas regas sucessivas é excessivamente espaçado, podendo variar de 14 dias a 31 dias e mais. O tipo de rega que, em geral, se pratica é por alagamento.

Recentemente, a partir de 1993, houve um esforço considerável para a introdução da micro-irrigação que beneficia, hoje, cerca de duas centenas de agricultores numa área aproximada de algumas dezenas de hectares. A utilização de factores de produção modernos vem-se incrementando gradualmente (incorporação de fertilizantes orgânicos e minerais e produtos fitossanitários). (PANA II).

As infra-estruturas hidráulicas de captação e distribuição são exploradas por particulares ou associações de agricultores, em geral, sem qualquer tipo de pagamento ao Estado, proprietário legal das infra-estruturas.

Alguns sistemas são geridos pelos Serviços Autónomos Municipais de Água e Saneamento por associações de agricultores, através de uma licença de exploração, sujeita a uma taxa de exploração de 8\$00/m³. Essa taxa é reduzida de 50% se forem utilizadas técnicas permitindo uma real economia de água, nomeadamente a micro-irrigação.

A origem da água para irrigação é no essencial de galerias e captações aluviais que chega às parcelas gravitariamente e a água bombada a partir de poços e furos. Estima-se que, actualmente, exploram-se dessas captações, cerca de 60.000 m³/d para irrigar cerca de 1.600 hectares. Isso quer dizer que mais de 50% do volume da água explorada é consumida na irrigação.

Não existe um controlo sistemático e frequente da qualidade da água para irrigação. Contudo, é de se prever que com o uso generalizado de adubos nitratos e fosfatados, em quantidades tais que não sejam totalmente retidas nos solos ou absorvidas pelas plantas, há uma tendência para o enriquecimento em matérias azotadas, ou fosfatadas, da água retida nas camadas superficiais. A utilização de pesticidas em grande escala pode conduzir também a uma degradação da qualidade da água das nascentes e dos aquíferos.

